



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

PROCURADORIA DO PODER LEGISLATIVO DE VOTUPORANGA

PARECER JURÍDICO Nº: 102

INTERESSADO: Câmara Municipal de Votuporanga

REFERENTE AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 14/2025

ASSUNTO: Dispõe sobre a Concessão de Licença para Servidores Públicos responsáveis legais por crianças, para acompanhamento destas em caso de doença, e dá outras providências.

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 14/2025- DISPÕE SOBRE A
CONCESSÃO DE LICENÇA PARA SERVIDORES PÚBLICOS
RESPONSÁVEIS LEGAIS POR CRIANÇAS, PARA ACOMPANHAMENTO
DESTAS EM CASO DE DOENÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL, POR SE IMISCUIR EM
MATÉRIA DE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO PODER EXECUTIVO-
REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS. VÍCIO DE INICIATIVA.
CONSTATADA VIOLAÇÃO À SEPARAÇÃO DOS PODERES E AO PACTO
FEDERATIVO.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Votuporanga:



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

I- DO RELATÓRIO

Trata-se o presente parecer acerca de análise de Projeto de Lei Complementar nº 14/2025, de autoria do vereador Emerson Pereira, que ***“Dispõe sobre a Concessão de Licença para Servidores Públicos responsáveis legais por crianças, para acompanhamento destas em caso de doença, e dá outras providências”***.

Conforme justificativa apresentada pelo Vereador, o incluso Projeto de Lei Complementar tem como objetivo assegurar às servidoras públicas municipais e aos demais servidores responsáveis legais por crianças o direito de acompanhá-las em caso de doença, garantindo o cuidado necessário no período de recuperação e protegendo o vínculo familiar.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/90), em seu art. 4º, estabelece o dever do Estado e da sociedade em assegurar, com prioridade absoluta, os direitos das crianças, incluindo o direito à saúde e à convivência familiar.

Além disso, a Lei Orgânica do Município de Votuporanga estabelece a proteção integral da infância como dever do poder público municipal.

Instruem o pedido, no que interessa: (i) Minuta do projeto de Lei complementar nº 14/2025, com a respectiva justificativa.



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Em síntese, eis o relato dos fatos.

Passo a análise Jurídica.

II- DA ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente, vale mencionar, que os Municípios foram dotados de autonomia legislativa, que vem consubstanciada na capacidade de legislar sobre assuntos de interesse local, e de suplementar a legislação federal e estadual no que couber, encontrando amparo no artigo 30, incisos I e II, da Constituição Federal e no artigo 8º, incisos I e II, da Lei Orgânica do Município de Votuporanga, vejamos:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”; (grifo nosso)

“Art. 8º Ao Município compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem estar da população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - legislar sobre assuntos de interesse local”;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”; (grifo nosso).



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Acontece que, há matérias que são de competências privativas do Poder Executivo, conforme previsto na Lei Orgânica e no Regimento Interno do Município de Votuporanga:

“Art. 38. A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e ao eleitorado que a exercerá sob a forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco por cento do total do número de eleitores do Município, ressalvadas as hipóteses de iniciativa privada.

Parágrafo único. É da competência privativa do Prefeito a iniciativa de leis sobre:

I - plano plurianual;

II - diretrizes orçamentárias;

III - lei orçamentária;

IV - regime jurídico dos servidores municipais;

V - criação e extinção de cargos, funções e empregos na administração direta, indireta e fundacional, bem como a fixação da respectiva remuneração, exceto as fundações de direito privado instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público e o previsto no inciso XIII do art. 20; e

VI - criação, estrutura e atribuições de órgãos da administração pública municipal direta, indireta e fundacional, exceto as fundações de direito privado instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público”. (grifo nosso).

Nesse sentido, também dispõe o Regimento interno da Câmara de Votuporanga:

“Art. 144. É da competência privativa do Prefeito a iniciativa de leis sobre:

I - plano plurianual;

II - diretrizes orçamentárias;



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

III - lei orçamentária;

IV - regime jurídico dos servidores públicos;

V - criação e extinção de cargos, funções e empregos na Administração

Direta, Indireta e Fundacional, bem como a fixação da respectiva

remuneração, exceto as fundações de direito privado instituídas e/ou

mantidas pelo Poder Público e o previsto na Lei Orgânica do Município.

VI - criação, estrutura e atribuições de órgãos na Administração Pública Municipal Direta, Indireta e Fundacional”. (grifo nosso).

De outro lado, a decisão do STF em repercussão geral definiu o tema 917 para reafirmar que:

“Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, a, c e e, da Constituição Federal).” Ficou claro que, com exceção das matérias previstas expressamente naqueles dispositivos e seus correspondentes a nível estadual e municipal, todas as outras são inalcançáveis pela inconstitucionalidade formal subjetiva, ou seja, vício de iniciativa, uma vez que a interpretação dada pela Suprema Corte é restritiva e não amplia o rol taxativo previsto pelo legislador constituinte”. (grifo nosso).

O Estatuto dos Servidores Públicos de Votuporanga (Lei Complementar nº 187, de 30 de agosto de 2011) já dispõe sobre a licença por motivo de doença em pessoa da família. Vejamos:



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

*“Art. 99. Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença em pessoa da família, cônjuge ou companheiro, dos pais, **dos filhos**, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos ou não, podendo o mesmo ser prorrogado por igual período.*

§ 1º Os servidores contratados por prazo determinado, farão jus à referida licença pelo prazo de 15 (quinze) dias consecutivos ou não, podendo o mesmo ser prorrogado por igual período.

§ 2º Excedendo os prazos do caput deste artigo, a licença será transformada em licença para tratar de assuntos particulares conforme definido neste Estatuto, excetuando-se aqueles abrangidos nos termos do parágrafo primeiro.

§ 3º Para fins da licença de que trata este artigo o servidor deverá comprovar a necessidade de permanência ininterrupta junto à pessoa da família que estiver doente.

***Art. 100.** A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou emprego, bem como, mediante compensação de horário”. (grifo nosso).*

Em relação à matéria tratada no presente Projeto de Lei, que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos, o Tribunal de Justiça de São Paulo proferiu decisões reconhecendo sua inconstitucionalidade, por se tratar de tema de competência exclusiva do Poder Executivo:



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

*“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. OBJETO. Lei de iniciativa parlamentar nº 4.960, de 23 de outubro de 2023, do Município de Itapeva, que regulamenta a distribuição de honorários advocatícios aos Procuradores Municipais e advogados do Município e dá outras providências. PARÂMETROS DE CONSTITUCIONALIDADE. Artigos 5º, 24, § 2º, 47, incisos XIV e XIX, e 144, todos da Constituição Bandeirante; e artigo 22, inciso I, da Constituição Federal. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. Arguição pelo Prefeito Municipal. **Vício de iniciativa. Constatada violação à separação de poderes e ao pacto federativo. Competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo para legislar sobre remuneração e regime jurídico de servidores públicos**. Configuração, ainda, de usurpação de competência privativa da União para legislar sobre direito processual. Editados o Código de Processo Civil e o Estatuto da OAB, que já regulam especificamente o tema. Precedentes. PEDIDO JULGADO PROCEDENTE, CONFIRMADA A LIMINAR CONCEDIDA.(TJ-SP - Direta de Inconstitucionalidade: 2286150-63 .2023.8.26.0000 São Paulo, Relator.: Carlos Monnerat, Data de Julgamento: 06/03/2024, Órgão Especial, Data de Publicação: 10/03/2024)”.*

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Lei nº 16.675, de 13 de março de 2018, do Estado de São Paulo, de iniciativa parlamentar, que "altera a Lei nº 14.653, de 22 de dezembro de 2011, que institui o regime de previdência complementar no âmbito do Estado de São Paulo, fixa o limite máximo para



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

*a concessão de aposentadorias e pensões de que trata o artigo 40 da Constituição Federal, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar, na forma de fundação, e dá outras providências" – **Regime jurídico de servidores públicos estaduais - Configurado o vício de iniciativa, que é privativa do Poder Executivo - Artigos 24, parágrafo 2º, '4', 126, parágrafo 15º da Constituição do Estado de São Paulo – Violação à separação de poderes** – Imposição de inscrição automática dos servidores ao regime de previdência complementar, contrariando o caráter facultativo previsto no artigo 126, parágrafo 16º da Constituição Bandeirante, que reproduz o artigo 202 da Constituição Federal, que exige a prévia e expressa opção do servidor – Inconstitucionalidade declarada - AÇÃO JULGADA PROCEDENTE. (TJ-SP - ADI: 21048440620198260000 SP 2104844-06 .2019.8.26.0000, Relator.: Elcio Trujillo, Data de Julgamento: 27/05/2020, Órgão Especial, Data de Publicação: 28/05/2020)".*

Diante disso, tendo em vista que houve supressão de atribuição reservada ao Chefe do Poder Executivo com a consequente imposição de norma que ofende diretamente sua iniciativa legislativa, o presente projeto de Lei é inconstitucional, pois viola à separação dos poderes.

III- DA CONCLUSÃO





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Diante do exposto acima, o Projeto de lei Complementar nº 14/2025 é inconstitucional, sendo assim, essa Procuradoria recomenda a Presidência da Câmara, a rejeição do Projeto de lei Complementar, nos termos do artigo 37, §3º, do Regimento Interno.

No mais, coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos.

Em síntese, eis o parecer. À superior consideração.

Votuporanga, 07 de maio de 2025.

ROSELAINE CORREIA
Procuradora Legislativa
OAB/SP 368.365

Documento enviado para assinatura ao(s): ROSELAINE CORREIA.
Para verificar a(s) assinatura(s), utilize o seu validador preferencial.
e-CAM | PROCESSO ELETRÔNICO | <<<>>>DOCUMENTO OFICIAL<<<>>> DATA / HORA: 09/05/2025 16:02:53 | CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA/SP.
CHAVE DE ACESSO: PROTM-139818-007V7K-4M7D8H | Para validar acesse nosso Portal em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>.

